

A natureza e o homem

Wendel Henrique

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

**A INCORPORAÇÃO DA NATUREZA
À VIDA SOCIAL**

III - A NATUREZA E O HOMEM

O PERÍODO CLÁSSICO

A Natureza como beleza e o Homem como artesão - primeiros encontros e entendimentos
A criação humana na natureza

A partir da periodização, definida de acordo com as formas como os homens e a natureza se encontravam e se entendiam, foram definidos cinco grandes períodos que abrangem desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais. O primeiro período foi definido como Período Clássico. A natureza possuidora de uma maior influência sobre o meio encontra no homem mais um de seus elementos. Este período corresponde ao início da busca pela história da incorporação da natureza à vida social e à produção do espaço geográfico.

A destruição dos bosques e florestas foi, para George Marsh (1874), a primeira conquista geográfica do homem, sua primeira violação da harmônica natureza inanimada. Estas florestas e bosques foram transformados em combustível, moradias, embarcações e ferramentas, através de queimadas que eram fáceis de serem espalhadas e tinham por objetivo limpar a área e ao mesmo tempo produzir material orgânico para sua fertilidade⁷.

Neste período, ainda não eram feitas as grandes distinções entre homem e natureza. O homem era visto como um elemento da natureza e composto dos mesmos elementos que ela. Os principais elementos presentes na constituição da natureza eram: a terra, o fogo, o ar e a água, sendo que estes elementos eram eternos, imperecíveis e indestrutíveis. A natureza e seus elementos estavam tão intrinsecamente ligados aos homens, que estes também eram conectados e eram os controladores dos humores humanos. Conforme esclarece Glacken (1996), as variações fisiológicas e os fluídos do corpo humano possuem correlações com “elementos do macrocosmo”: o ar (quente e úmido) possui vínculo com o sangue no corpo

(coração); o fogo (quente e seco) está relacionado a bÍlis (fÍgado); a Água (fria e úmida) com a fleuma (cÉrebro); e a terra (fria e seca) tem correlaÇão com a bÍlis negra (baço). Estes quatro conjuntos de relaÇões eram a base da Teoria Humoral ou dos Quatro Humores (o sanguÍneo, o colÉrico, o fleumÁtico e o melancólico, respectivamente), que sustentava as explicaÇões sobre a saúde e vida humana nas concepÇões hipocrÁticas.

As primeiras formas de relaÇão que os homens estabeleceram com a natureza, que ainda condicionava sua vida, era uma espÉcie de animismo da natureza. Lenoble (1969, p.42 e 50), explica que o animismo é a “propensão do sujeito para imaginar as coisas segundo o modelo da sua própria existÊncia. O animismo é um produto da consciÊncia. [...] animismo prova que a primeira ideia que os homens formaram da natureza foi uma ideia moral”. O homem desde suas primeiras representaÇões pictóricas mostra sua aÇão sobre a natureza.

Os primeiros desenhos que encontramos dos objectos naturais nas grutas prÉ-históricas, são imagens mÁgicas. O bisonte ou antÍlope figurado encontra-se rodeado de flechas ou ferido, ou então capturado por mãos que o cercam por todos os lados. Logo, o homem não surgia desarmado perante as coisas, ‘sabia’ já como tornar-se ‘dono e senhor’.⁸

Nestes estÁgios iniciais da história da vida humana, com incipientes cultivos e criaÇões, o homem dependia exclusivamente dos animais e vegetais para alimentaÇão e vestuÁrio. Neste sentido sua vida era a repetiÇão de formas organizacionais ainda muito similares à natureza. De acordo com FÉrnandez-Armesto (2001), as sociedades, nos seus momentos iniciais, aprenderam a fazer suas vidas com aquilo que a natureza providenciava. Elas viviam com os produtos e habitavam os espaÇos que a natureza fornecia. ConstruÍam suas morÁdias numa imitaÇão muito próxima dos espaÇos naturais e com os materiais que a natureza local disponibilizava. Em Áreas florestadas, as morÁdias eram construídas de madeira; em Áreas argilosas, as casas eram de barro; em Áreas cÁrsticas, as próprias cavernas eram adaptadas para a habitaÇão.

Em funÇão desta proximidade entre os espaÇos construídos pelas primeiras sociedades humanas, que ainda “engatinhavam” na busca para minimizar o grande grau de dependÊncia, perante a natureza. Muitos registros sobre os primeiros assentamentos, que originaram as primeiras cidades, se perderam, devido à decomposiÇão dos materiais utilizados. A deteriorizaÇão das casas seguiam os ritmos e ciclos naturais. Devido as constantes lutas entre as tribos e o abandono de alguns assentamentos, os registros tambÉm se perderam.

Neste período, a riqueza natural intrínseca ao território, aqui compreendido como uma categoria do espaço geográfico vinculada à área da ação humana, será diretamente proporcional à riqueza da vida dos povos. Desde os tempos remotos, os homens têm desenvolvido técnicas para corrigir as desvantagens naturais quando elas aparecem, mesmo no Período Clássico, ainda de maneira muito rudimentar. Quanto maior a fertilidade dos solos maior será a produtividade agrícola e a disponibilidade de alimentos para serem coletados e colhidos, portanto maior será o fornecimento de comida ao grupo. Quanto melhor o acesso aos meios naturais de transporte e a presença de água, mais propícios são os lugares para os estabelecimentos humanos e maiores as possibilidades dos homens na sua expansão. O oposto também pode ser verificado, pois neste período as desvantagens naturais também podem criar empecilhos para os grupos humanos assentados em locais com uma configuração física territorial desfavorável. George Marsh (1965) cita as componentes geológicas/pedológicas como desvantagens naturais, principalmente o solo, cujo uso intenso para aquele momento provocou um processo de desertificação em algumas localidades.

Neste período,⁹ cabe destaque as concepções gregas da ideia de natureza. O que mais chama a atenção nas mitologias e concepções gregas da natureza é o desejo de união entre um propósito e uma ordem¹⁰. Já para Marsh (1965), neste período, existe uma intuição de natureza espontânea. A natureza é representada por relatos de inebriantes colheitas e luxuriantes jardins. As tentativas de “enobrecimento e embelezamento” da natureza, notadamente de seus padrões estéticos, são constantes ao longo da história das relações entre a cidade e a natureza, através da arte e do trabalho. As glórias da paisagem têm sido elevadas pela plantação, arquitetura decorativa e outras formas de pitorescos melhoramentos, conforme escreveu Marsh (*op.cit.*).

O filósofo grego Panécio¹¹ explica que autores gregos¹² e romanos pensaram uma natureza domesticada, uma simpática mescla de natureza e arte, nas aldeias da costa mediterrânea, na beleza dos campos cultivados, nas vinhas e nos olivais nas encostas das colinas. As cidades sempre dispostas junto a um rio ou perto de um bosque.

A respeito da ideia de natureza como uma forma de beleza luxuriante e, associada a um ordenamento dentro de um jardim, cabe fazer uma referência aos famosos Jardins Suspensos da Babilônia. Reais ou não, instituíram na mentalidade clássica a ideia do poder humano no embelezamento da natureza, bem como seu controle. Estes jardins, de acordo com Fernandez-Armesto (2001), criaram um apelo através da invocação de uma imagem descrita pelos gregos, como uma cascata de terraços tão altos quanto os muros de uma cidade, suportados por arcos fortes o bastante para sustentar o peso da terra posta para segurar as grandes árvores. A água, vinda do Eufrates, descia em patamares. O propósito estético da construção

dos Jardins da Babilônia foi evocar uma paisagem montanhosa numa extensa planície. Uma construção humana produzida diferentemente da constituição geomorfológica natural da área, bem como da própria vegetação local, rarefeita devido a indisponibilidade hídrica. Os Jardins se configuraram pela produção de uma forma-conteúdo¹³ artificial que, segundo os ciclos da natureza, nunca teriam existido naquela região. Os Jardins Suspensos da Babilônia representavam, sem uma conotação abertamente religiosa, um dos objetivos que todas as outras “Maravilhas do Mundo Antigo” tinham em comum: o desafio à natureza numa grande escala, transformando a “paisagem natural”.

Esta influência dos jardins no pensamento e no entendimento da natureza no Período Clássico é de grande importância. Segundo Glacken (1996), a presença contemporânea de jardins e ruas arborizadas indicam um claro desejo de reprodução de pequenos reinos da natureza dentro das cidades.

A INTERPRETAÇÃO E CONTEMPLAÇÃO DA NATUREZA

As bases das interpretações da natureza estão nos tratados romanos, gregos e persas sobre as formas e as técnicas de melhoramento do solo, cujo principal objetivo era, sem dúvida, a produção de alimentos. Mesmo que rudimentares, as técnicas de irrigação, controle de insetos e fertilização se constituíram em importantes fontes de conhecimento para o entendimento da ordem e propósito da natureza.

De acordo com o filósofo Filón, na obra *Sobre a criação* (apud Glacken, 1996), a relação de proximidade com a natureza também era fruto das crenças dos povos da Antiguidade Clássica. A natureza era admirada e homenageada como a semente da fertilidade da terra e dos homens. Desta relação religiosa surgiram muitos mitos e rituais para explicar este laço entre natureza e fertilidade. A natureza teria outorgado a toda mãe um dom muito especial, a possibilidade de amamentar seus filhos.

Já para Aristóteles (Glacken, 1996), a natureza, assim como o homem, é um artífice, entretanto um artífice infinitamente mais poderoso. Nas obras da natureza dominam o propósito e não o acidente. O que é belo ocupa um lugar central. Nestas concepções aristotélicas, apesar de uma posição proeminente na natureza, o homem ainda é muito mais fraco. De acordo com Lenoble (1969, p. 28), enquanto os primitivos buscavam na natureza “compreender a vontade dos deuses, do mar, dos vulcões e dos rios, Aristóteles [buscava construir] uma hierarquia das formas organizadas”. Da abordagem sobre as formas da natureza ao exame da natureza, constituía-se com Aristóteles, segundo Lenoble (1969), um estudo fisionômico¹⁴.

O homem era considerado um artífice individual, um carpinteiro que constrói uma casa ou qualquer obra sabendo qual será o seu resultado ou produto final. Esta ideia estava em consonância com a ideia de propósito. Para Lenoble (1969), a concepção de natureza de Aristóteles e Platão é o da morada do homem e feita para o homem.

Lucrécio (*De natura rerum apud* LENOBLE, 1969) escreve que a historicidade do homem se dá pela historicidade da natureza, um universo onde a “a humanidade e a Natureza puderam modelar-se uma pela outra”. Neste parágrafo de Lucrécio estão as bases da interpretação dialética da natureza¹⁵.

Também era fonte de influência no pensamento clássico sobre a natureza o incremento das viagens e comunicações entre os povos. Num primeiro momento da história do homem sobre a Terra, como escreve Reclus (1985), os grupos humanos viviam isolados e não se comunicavam. As bordas das terras conhecidas eram povoadas por monstros e bestas, que amedrontavam os homens que questionavam os limites impostos. Ao redor do ano 117 a.C., segundo informações de Glacken (1996), com a descoberta de uma rota marítima para a Índia, se iniciam formas de intercâmbio. As regiões da Europa mediterrânea conectaram-se com o mundo antigo.

Estas viagens e os mitos da natureza irão influenciar, por exemplo, a visão que Homero tinha da natureza. De acordo com Glacken (1996), no imaginário da natureza em Homero ela é viva, mas está extremamente vinculada a atividade dos Deuses, as quais a referem. O período helênico teve a tendência a ver os aspectos da natureza tais como realmente são.

O melhor conhecimento da geografia, das experiências do comércio, as viagens e as explorações, que permitiam a comparação de paisagens, são apreciados claramente na literatura. A poesia da natureza e a descrição da paisagem no helenismo não têm igual em nenhum momento anterior do mundo clássico. [...] o interesse pela natureza, animado e intensificado por inspirações procedentes do Oriente (como o jardim) e combinado com o incremento da vida urbana, agudizaram a distinção entre natureza e arte¹⁶.

Isto significa uma crescente preocupação estética. A natureza é a fonte de grande contemplação e a matéria original para as futuras “imitações” e aproximações. Também se destaca o início de um processo de interpretação antropocêntrica da natureza.

Outra forma de mediação entre a natureza e o homem se construiu através do interesse dos povos da Antiguidade Clássica pela Astrologia, relação está que será de fundamental importância para os futuros desdobramentos do entendimento que a humanidade fez e faz sobre a natureza. O fato curioso, segundo Glacken (1996), é que estes povos estavam muito mais interessados na observação da Lua

do que do Sol. Esta “preferência” era resultado da crença que a Lua possuía forte influência na fertilidade da terra e das mulheres. Outra interpretação recorrente era que os cometas e as estrelas cadentes eram formas de “desordem” da natureza e que representavam interferências em uma ordem natural.

Estes são apenas poucos exemplos das riquezas de formas de interpretação, representação e descrição da Natureza feitas no Período Clássico. Outras grandes contribuições foram dadas de: Virgílio e Heródoto¹⁷. De acordo com Glacken (1996), estes filósofos tinham em comum a ideia de que o homem era participante de diferentes formas de criação. O homem era considerado como um artífice individual, um carpinteiro que constrói uma casa ou qualquer obra sabendo qual será o seu resultado ou produto final. Esta ideia estava em consonância com a ideia de propósito.

A CRIAÇÃO DE UMA SEGUNDA NATUREZA – MARCUS TULLIUS CÍCERO E OS ESTÓICOS

A estética também era a fonte de reflexão dos filósofos estóicos, cujas obras possuíam forte caráter sensualista. Os estóicos também eram apreciadores dos aspectos visíveis da natureza, revelando ou desvelando as belezas da Terra.

Deste grupo de filósofos destaca-se Marcus Tullius Cícero (*De natura deorum* ou *The nature of Gods – A Natureza dos Deuses*). Para este filósofo é belo contemplar a natureza; sua beleza deve ser conservada. A contemplação é útil porque estimula o exercício da mente do homem, cujas criações, instrumentos e máquinas mudam e melhoram a natureza, para satisfazer as crescentes necessidades humanas. O homem é, num sentido muito integral, parte da natureza; desenvolve-se em seu meio e é afetado pelo mesmo. Salienta-se, nesta fala de Cícero, a ideia de que o homem é um agente na melhora e no embelezamento da natureza. Destaca-se também outra ideia dialética, pois ao mesmo tempo que modifica o meio, o homem é afetado/modificado pelo mesmo. Embelezar a natureza significa embelezar o próprio homem, suas cidades e seus espaços.

Cícero escreve que os logros tecnológicos do homem, seus inventos e as mudanças na natureza resultam de combinações entre a destreza da mão, dos descobrimentos da mente e das observações dos sentidos. O homem, com sua presença criadora, participa de uma razão universal, que penetra o todo e, em particular, a Terra. Esta ação tem como testemunho as adequações da natureza exterior, como as encontradas no Nilo, no Eufrates e no Indo – que existem para a preservação do homem. Assim, pode-se concluir que o Egito é mais do que uma dádiva da natureza do Nilo, é também um presente da “natureza” e da ação/trabalho dos egípcios, que

aprenderam a transformar e melhorar a natureza, construindo, por exemplo, canais que permitiram que seus cultivos e sua cultura se expandissem sobre áreas naturalmente impróprias para agricultura.

É de Cícero uma das chaves para o entendimento da ação humana sobre a natureza. Segundo Cícero, o homem procura com suas mãos humanas criar uma segunda natureza dentro do mundo natural¹⁸. A mudança do meio pelo homem, a criação de uma segunda natureza dentro do mundo natural, se explica por uma diferença qualitativa entre o humano e o animal. O homem é uma criatura que pensa, sua experiência é acumulada através do tempo, permitindo inovação e invenção. O homem participa da vida criativa e do espírito que penetra o mundo inteiro.

Pelo trabalho do homem, ou melhor, por suas mãos, este encontrou alimentos e sua variedade. Com efeito, a mão humana fez surgir nos campos frutas que são consumidas imediatamente ou preparadas para consumo futuro. Na variedade de sua alimentação, os homens comem carne de animais terrestres, aquáticos e de aves. Também foram domesticados animais quadrúpedes para transporte e uso de sua força. Extraí-se o ferro da terra utilizando-o para cultivar os campos; o mesmo se dá com o cobre e o ouro, descobertos em veios sob a terra, utilizados tanto para as necessidades cotidianas como para demonstrar luxo. Cortam-se árvores e tudo o que pode ser queimado; quer seja produto do cultivo do homem ou que esteja em estado selvagem; dispõe-se destes materiais para a produção de fogo, usado para o aquecimento das casas e no cozimento de comidas; Constrói-se casas para abrigo contra o frio e contra o calor. O corte destas árvores assegura a vantagem da construção das próprias moradias onde se desenrola a vida. O que a natureza tem de mais impetuoso – o mar e os ventos – são utilizados pelos homens na arte da navegação; O homem torna-se senhor das obras da natureza sobre a terra, aproveitando-se das planícies, das montanhas; os rios e lagos são dos homens; são os homens quem semeiam o trigo, que plantam árvores; são os homens que conduzem a água sobre as terras para lhes dar fertilidade; controlam-se e desviam-se fluxos d'água; as mãos humanas, fazem dentro da natureza uma natureza nova, uma segunda natureza.¹⁹

Para Smith (1984), a concepção de segunda natureza criada por Cícero se manterá até o século XVIII, quando o Conde Buffon (ver capítulo IV) propor uma nova explicação dialética da transformação da natureza.

Outro filósofo estoíco que também tem posições semelhante e importante, na vertente em que se situa este trabalho, e para o entendimento das ideias de natureza na geografia, é Posidônio. De acordo com Posidônio (*apud* GLACKEN, 1996), o homem com sua inteligência, com suas inúmeras conquistas, é parte da natureza. Seus poderes são derivados da natureza e lhe possibilitam uma posição vencedora e vaidosa, a partir de uma ampla variedade de investidas. Possibilidades e habilidades negadas as plantas e aos animais. De acordo com Glacken (1996), nas bases do pensamento de Posidônio estão as ideias de geografia, biologia, história, astronomia, ecologia e etnologia.

A ênfase na estética e na beleza da natureza também é encontrada na obra de Estrabão – *Geografia*. Para Estrabão²⁰, de acordo com Glacken (1996), o geógrafo deve somente dedicar-se ao estudo das porções da Terra habitadas pelos homens. O homem é um “sócio” da natureza. A natureza é um cenário para os acontecimentos históricos.

A possibilidade dos homens²¹ produzirem na natureza, através de seus ofícios, habilidades e ocupações, sua vida cotidiana é dada pela necessidade que a natureza lhes impunha, ou pela tentativa de retificar as deficiências da natureza. Estas ações marcam o início do processo de emancipação coletiva da humanidade perante a natureza. Um projeto dominante em muitas sociedades.

Dentre as formas que os homens construíram para se estabelecer dentro da natureza, neste primeiro período, ou dentre as necessidades da vida cotidiana que possibilitaram o acúmulo de conhecimento para a melhora da natureza, destaca-se, segundo Fernández-Armesto (2001):

- o estabelecimento de aldeias;
- a domesticação de animais (criações);
- o cultivo do solo (agricultura e produção de alimento);
- as irrigações de terras e a drenagem de pântanos;
- a metalurgia.

Para Glacken (1996), o homem criava ordem e era agente de gestão; era possuidor da destreza única do artesão. Já para Marsh (1965), foi a agricultura e as atividades pastoris que ampliaram a esfera do domínio humano.

De acordo com Glacken (1996), ao se ler os comentários dos autores antigos sobre as mudanças causadas pelo homem na natureza, tem-se uma dupla impressão. Primeiramente, havia um reconhecimento do homem como ser ativo que se

esforça e obtém sucesso, perante as dominantes influências ambientais. A segunda impressão é que natureza vivente que estes homens observaram – e muitas vezes amaram – era, como agora se sabe, uma natureza muito modificada pelo homem²². Continua o autor (*op. cit.*), para os gregos e romanos os vinhedos, os olivais, as cabras pastando nas montanhas rochosas, as aldeias e as vilas eram inseparáveis da paisagem das áridas colinas no verão mediterrâneo, assim como os ventos, o azul profundo do mar e os céus radiantes. Era uma paisagem alterada pelos homens, que a contemplavam com atenção e cuja múltipla beleza amavam.

A forma como o homem clássico somou seus esforços no contínuo processo de melhora da natureza, bem como de suas ideias e conceitos, representou um grande avanço na epistemologia da natureza. Mas o Período Clássico estava chegando ao fim com o advento do cristianismo e das invasões dos territórios europeus, pelos povos asiáticos, que os “civilizados” europeus chamavam de bárbaros. A mudança do eixo de produção de ideias do Mediterrâneo para a Europa Central e do Norte, irá significar o abandono da ideia do homem como um criador na natureza. Será instaurada a ideia de um Criador Divino na concepção de toda a natureza.

O PERÍODO TEOLÓGICO

A Natureza e o Homem - equilíbrio nos encontros e entendimentos

A Natureza divina e o Homem religioso

Após a contribuição intelectual do Período Clássico, os rumos da história da humanidade e da produção do conhecimento tomam novas direções. Os novos tempos, marcados notadamente pela dominação do cristianismo, tanto do ponto de vista religioso como político, significou uma nova forma de produção de ideias de natureza e no desenvolvimento científico e técnico.

O fim do Período Clássico, que no mundo das ideias já esboçava um importante conjunto teórico que sustentava a ideia do homem como um ser independente e controlador da natureza, e o início do Período Teológico, serão marcados pela superação das ideias do homem como um criador/artesão na natureza. O novo ideário dominante para a conceituação da natureza terá como aspecto central o teocentrismo. A Natureza é vista como obra e criação de Deus. O seu estudo será marcado pela busca de novas provas da existência e da bondade deste ser criador. Para Lenoble (1969), a ideia de uma criação divina da natureza, uma natureza que não existe por si mesma, é uma ideia religiosa judaico-cristã.

A ruptura do pensamento teológico com as ideias clássicas de natureza e do homem, também significou uma mudança geográfica de sua área de produção, pois as ideias cristãs se desenvolveram muito mais no norte ocidental da Europa, menos afetada pelo pensamento clássico, que na Europa mediterrânea.

Salienta-se, como no período anterior, que o objetivo neste capítulo é construir um panorama geral da ideia e dos conceitos de natureza no Período Teológico. Busca-se mostrar um *continuum* da epistemologia da ideia e conceitos de natureza. As obras que são utilizadas referem-se apenas às ideias e conhecimentos produzidos sob os olhos do cristianismo e tendo como espaço a Europa Ocidental.

BASES TEOLÓGICAS

Retomando o encontro da natureza com o homem, este passa a ser mediado pela Teologia. A principal fonte de informação sobre a natureza e “livro guia” será a Bíblia²³. A natureza configura-se como uma natureza fisicoteológica, vista como uma prova física importantíssima para demonstrar a existência de um Criador. A natureza, ou a criação, possui um desígnio, definindo no processo de elaboração desta prova. Consta-se uma intensificação, uma aceleração e uma concentração dos interesses religiosos nos processos da natureza. Provar a existência de um desígnio divino implicava considerar o caráter presumidamente ordenado da natureza, garantindo uma via aberta para a concepção da natureza, como equilíbrio e harmonia²⁴.

O Cristianismo também insere uma mudança na noção do tempo para o homem e para mundo, que passa a se configurar como algo linear e não renovável. Já a natureza possuiria um tempo cíclico, de acordo com a obra *De divisione naturae*, do irlandês Johannes Scotus Erigena (citado por GLACKEN, 1996). Todas as coisas da natureza sempre voltam ao seu ponto de origem.

A regularidade cíclica pela qual a natureza mantém o seu curso, observáveis nas estações do ano e na vida animal sobre a Terra, trabalhadas pelo pensamento clássico, são trazidas para o universo teológico. Os ciclos constantemente repetidos explicam e comprovam a harmonia divina entre o homem, Deus e a natureza, bem como de sua ordem e hierarquia²⁵.

Segundo Simmons (1993 *apud* GLACKEN, 1996), as noções de tempo, introduzidas pelo pensamento judaico-cristão, conduziram a uma noção de progresso contínuo e a disponibilidade de tempo suficiente para a constituição de um mundo perfeito. A ideia de um Deus bom, que ama o mundo e a suas criaturas, demonstrado através das belezas da Terra, sua criação. Este Deus ainda instiga a

multiplicação dos homens, para lograr o domínio de todas as demais formas de vida²⁶. Entretanto, apesar de mostrar compaixão pela humanidade e do desígnio a “supremacia” do homem, criado a imagem e semelhança de Deus, sobre as demais obras da criação, não se deve esquecer que o centro e o destino da vida cristã não está neste mundo, mas no que está após o fim da vida terrena, a vida no Céu. Observa-se que o homem, o auge e a finalização da criação divina é visto como possuidor de um direito teológico de domínio da natureza. Diferentemente do Período Clássico, este domínio é cedido pela vontade Divina, pelo Senhor da Criação, e não pela ciência, técnicas e artes como no período anterior²⁷.

O homem, que obtivera o direito ao domínio da natureza pelo desígnio de Deus, seu criador e mestre, irá desafiá-lo, perdendo sua confiança. Neste sentido a expulsão de Adão e Eva do Paraíso (A Queda) constituirá uma forte presença no entendimento da relação da natureza com o homem no Período Teológico.

Segundo Glacken (1996), o relato da Queda adquiriu grande importância para a ideia cristã de natureza. Fonte de crença, muito difundida até no século XVII. O pecado é o responsável pela “desordem”, infertilidade e esgotamento das dádivas da natureza, uma ideia que se diferencia claramente da ideia clássica do envelhecimento natural, a qual era baseada em analogia orgânica entre a terra e as mulheres. Na medida em que ambas envelhecem perdem sua fertilidade. Salienta-se, que a partir da instauração do Pecado, a natureza bondosa deixa de suprir as necessidades humanas, sendo necessário agora o trabalho sobre a natureza. Será o trabalho na terra e o desenvolvimento de formas de produção daquilo que anteriormente era fornecido/dado que proverá os homens em suas necessidades.

Todas as relações entre o homem e a natureza são mediadas por Deus, inclusive as catástrofes naturais, como o relatado no Dilúvio. As catástrofes são atribuídas aos pecados dos homens e a necessidade da ratificação da supremacia do poder Divino sobre a vida e sobre a superfície terrestre. Nota-se que os cristãos, que sofriam com estas catástrofes, estavam pagando também pelo falta de crença dos pagãos ou de outras religiões não-cristãs.

A posição de Deus, como o centro do universo e controlador da natureza (clima, mares, terras), é a ideia chave para entender a posição do homem na natureza. O Salmo 104, que segue a cosmologia do Gênesis, é muito revelador desta ideia. Consultando três Bíblias, duas em português e outra em inglês constata-se que todas apresentam significativas diferenças em relação aos vocábulos e na glorificação da obra de Deus. As versões em português glorificam mais o Senhor e apresentam alguns vocábulos geográficos mais simplificados ou errôneos, comparativamente à versão em inglês.²⁸

As passagens do Salmo 104 refletem a alegria de Deus e de suas criaturas na natureza, apresentando uma ordem e uma grande conexão entre suas partes. Deus

não é a natureza, como nas concepções animistas onde Deuses e Natureza se mesclam, mas pode ser entendido a partir dela. O homem seria mais uma das criaturas dentro da natureza, em uma posição hierárquica superior. Esta posição denotava certos direitos sobre as demais obras da criação. Mas estes direitos estão sob o julgo imediato de Deus.

As concepções judaico-cristãs sobre Deus e sobre a ordem da natureza foram, segundo Glacken (1996), muitas vezes combinadas com o argumento clássico de desígnio e com a ideia da divindade artesã. Criou-se uma concepção do mundo habitável de tal força, poder de persuasão e flexibilidade, que esta poderá se manter como uma interpretação da vida, da natureza e da Terra aceitável para a grande maioria dos povos do mundo ocidental até o século XIX.

Mas não foi só a leitura da Bíblia, apesar de dominante, que influenciou as opiniões dos homens sobre a natureza na Terra, a morada divina. Para Glacken (1996), algumas contribuições da física, da biologia e do pensamento clássico, foram subordinados a uma leitura “bíblica” no sentido de apoiar as ideias e conceitos presentes nos textos, justamente em pontos que mais necessitavam de complementações. Até porque, durante a Idade Média, foram realizadas várias intervenções humanas na natureza como, por exemplo: desflorestamento, drenagem de terras, construção de mosteiros, igrejas, catedrais, entre outras.

Também não se pode esquecer, que neste primeiro momento do Período Teológico, estava presente ainda uma influência Romana, que se encontra, segundo Glacken (1996), em uma interpretação dos escritos “pagãos” ou aqueles referentes ao pensamento clássico, a serviço do cristianismo. O argumento de desígnio ou finalidade da natureza foi reformulado seguindo os preceitos cristãos. A beleza da Terra e da natureza era prova da harmonia divina e da bondade de Deus.

De acordo com o filósofo da época Clemente de Alexandria (citado por GLACKEN, 1996), segundo a vontade de Deus, a terra propicia alimento suficiente para a sobrevivência do homem e dos animais domesticados, de acordo com a sucessão das estações do ano, as quais completam e retomam seus ciclos “pacificamente”. O menor ser vivente segue sua vida em “paz e harmonia” segundo os desejos do Senhor, sem conflitos. A vida segura, tranquila e harmônica é um presente a toda sociedade, mas torna-se mais abundante e plena para os homens que encontram a religião e a bondade do Senhor, ou seja, os cristãos.

Tudo ocorre segundo a vontade de Deus. Não há possibilidades de alteração ou renúncia à sua vontade e, portanto, só resta aos homens sua obediência. Já a utilização da natureza como prova da existência de Deus é baseada na observação cotidiana da natureza e no conhecimento superficial dos ciclos naturais. Sendo que,

desta observação, surge uma explicação circular tanto da natureza como do seu desígnio. As estações seguem umas as outras, assim como a lua procede ao sol. Esta natureza da natureza se supõe como resultado da divindade superior e também serve como prova dela mesmo.

A ideia do mundo ou natureza como um livro, originado na “eloquência do púlpito”, de acordo com Glacken (1996), foi logo adotada pelo senso comum. Os escritos que interpretavam as “desordens” da natureza como fruto do pecado original (Queda do Paraíso), descreviam a criação de insetos e plantas venenosas como formas de Deus lembrar aos homens seus pecados, orgulhos e enganos.

Deve-se atentar ainda que a relação com os elementos e criaturas da natureza seguia uma hierarquia, definidas por Santo Agostinho, como uma ordem natural na Terra. Para Glacken (1996) nas obras de Santo Agostinho a ordem ou hierarquia natural separa uma ordem real da natureza e as normas de valor, julgadas pelos seres humanos. Na posição hierárquica superior estão as “coisas viventes”, as quais são superiores as “coisas sem vida”. Os seres sensitivos, como os animais estão no topo e os seres vivos não sensitivos, como as árvores, na base. Entre os seres viventes superiores, os providos de inteligência ocupam melhores posições que os desprovidos de inteligência. Finalizando a hierarquia, entre os seres vivos sensitivos inteligentes, os anjos seriam superiores aos mortais.

Já a visão de natureza para São Francisco foi dada, segundo Glacken (1996), pela ênfase na comunhão do homem com a natureza, bem como da humanização da vida não humana, com a definição de valores pressupostamente humanos à natureza. No Cântico do Irmão Sol, São Francisco retoma uma ideia do Período Clássico, a doutrina dos elementos:

- o Irmão Sol é símbolo do Senhor;
- a Irmã Lua é o símbolo da natureza brilhante, charmosa e bela;
- o Irmão Vento representa o ar e sustento das criaturas;
- a Irmã Água possui como valores a utilidade, humildade, amabilidade e castidade;
- o Irmão Fogo é o símbolo da beleza, alegria, poder e força;
- a Irmã Terra é a que nos sustenta e nos governa.

Segundo Glacken (1996), o pensamento de São Francisco foi revolucionário em relação a natureza, pois o santo se rebela em sua humildade contra o antropocentrismo egoísta do pensamento da teologia anterior, onde o homem esta-

va numa hierarquia natural superior. São Francisco foi o primeiro a ensinar na Europa, que a natureza é interessante e importante por si mesma. Mas, para a abordagem que é seguida neste trabalho, o mais importante da obra de São Francisco foi à ênfase na definição de valores morais à natureza, pois esta ideia irá permear o entendimento que o homem faz da natureza até os dias atuais.

Outro texto fundamental é a obra de Alberto Magno – *De natura locorum*, o qual pode ser considerado um marco para a doutrina do Determinismo Geográfico. Segundo Glacken (1996), é o mais elaborado texto de teoria geográfica em relação à cultura humana desde alguns textos da Antiguidade Clássica, tendo sua origem na necessidade de conhecimento em detalhe da natureza dos lugares. Isto levou Alberto Magno expressar seu interesse pela natureza, história natural e geografia, retomando as obras gregas e latinas, através dos árabes, bem como da teologia e da astrologia²⁹.

O DOMÍNIO DO HOMEM SOBRE A NATUREZA

Como observado desde o início do Período Teológico, a relação de dominação e controle da natureza pelo homem está presente, com uma nova roupagem vinculada a uma hierarquia natural definida no ato da Criação do mundo. O homem criado à imagem e semelhança de Deus tem o direito a uma posição elevada entre as criaturas terrenas.

Com as Cruzadas, o ocidente europeu cristão encontra o Oriente. Amplia-se o desenvolvimento técnico e, também como proporciona-se a contemplação de novas formas de entendimento da natureza. Uma das formas que será de fundamental importância neste ‘intercâmbio’ entre civilizações será novamente o jardim.

Geograficamente, a nova forma de inserção do homem na natureza, nos últimos séculos da Idade Média, irá representar algumas mudanças mais aceleradas da paisagem. A derrubada da vegetação de bosques e florestas para o estabelecimento das ordens religiosas e a preparação de terras para o cultivo estão ratificadas pelo pensamento teológico. Além disto, este homem que estava transformando a natureza era um homem rural, um homem que vivia no campo. De acordo como Lenoble (1969, p.205), o homem da Idade Média, até mesmo o homem comum no Renascimento, é um homem que “fica na sua terra, ou na sua aldeia, o homem das cidades não representa mais que uma percentagem ínfima e estas cidades pareceriam hoje simples aldeolas.”

Novas técnicas são criadas e outras são aperfeiçoadas neste levante contra a “natureza primitiva”. Uma das principais formas de aceleração do trabalho na terra foi à implementação e melhoramento do trabalho animal, principalmente os

cavalos (novas raças foram trazidas do Oriente durante as Cruzadas). Esta inserção do trabalho animal aumentou a capacidade do homem para transformar a natureza, deixando marcas na paisagem, desde a modificação de áreas florestais em áreas para cultivo, até na própria agricultura e no transporte, tanto de mercadorias quanto pessoas. Os moinhos movidos pela força das águas e dos ventos também possibilitaram o aumento do controle do homem sobre a natureza, mesmo que inventados anteriormente nas áreas mediterrâneas, será no norte europeu que seu uso irá se multiplicar e se aperfeiçoar.

Estes avanços técnicos e, principalmente, as modificações no pensamento teológico sobre o papel do homem na natureza irão constituir os estopins para a mudança de período e, de forma mais “brusca” que entre o Período Clássico e o Teológico. Se nos dois primeiros consideraram-se momentos em que a natureza se relacionava com o homem, a partir deste momento de ruptura no final da Idade Média, o homem é que passa a se relacionar com a natureza. Mais do que uma simples mudança na posição das palavras, isto significa uma alteração no jogo de relações e poder entre homem e natureza³⁰.

No final do Período Teológico, que coincide com o final da Idade Média, chega-se a conclusão que todo este período de mais mil anos foi marcado pela ideia que o conhecimento sobre a natureza era muito mais baseado nas relações dos homens com seu Deus do que nas relações destes mesmos homens com a natureza. Isto fez com que a natureza se mantivesse um tanto protegida pela sua áurea divina.

Mas como salienta Workman (1962 citado por GLACKEN, 1996), como em todas as épocas da história humana, a modificação do meio físico tem vínculos com ideias, com ideais e com necessidades práticas. A Idade Média coincide com o período de construção das grandes catedrais, que encarnavam um ideal religioso, mas significavam grandes transformações nos processos de extração mineral e do entalhamento das pedras, que seriam empregadas nas construções. Nos três séculos entre 1050 e 1350, os canteiros de obras da França elevaram oitenta catedrais e quinhentas grandes igrejas.

Segundo Glacken (1996), os temas cristãos sobre o homem perante a natureza e a filosofia do trabalho (o trabalho pesado, mesmo nas ordens religiosas era feito pelos leigos, pois o trabalho ainda estava associado ao pecado original), se casavam muito bem com as necessidades práticas de uma nova civilização, baseada na exploração da madeira e da água, como aquela que estava se desenvolvendo na Europa ocidental.

Na Idade Média, segundo Reclus (1886), a terra era cultivada pelos escravos, cuja existência sofrida era repassada para uma relação amarga com a natureza. Não havia prazer em observar as belezas divinas na natureza uma vez que suas próprias

vidas eram verdadeiros infernos. É muito interessante o comentário de Reclus, sobre as ideias dos cristãos a respeito da natureza durante a Idade Média, consideradas muito estranhas. As ideias sobre a Terra e suas belezas para os monges da Idade Média, são representadas em seus mapas do mundo. Eram desenhados, ao lado dos nomes de cada distante país, estranhos animais vomitando fogo, homens com patas de cavalo ou rabos de peixes, grifos com cabeças de carneiro ou bois, dragões alados e corpos sem cabeça com selvagens olhos colocados no meio de seus peitos³¹. Esta ideia levou a uma interpretação errônea da ideia de natureza, uma vez que as bordas da natureza, o desconhecido, apenas produziam medo e todo homem procurava paz e alegria.

NOTAS

⁷ De acordo com Reclus (1985, p. 41), “durante a infância das sociedades, isolados ou agrupados em tribos frágeis, os homens tinham de lutar contra obstáculos tão numerosos, que não podiam sonhar em se apropriar da superfície da Terra como seu domínio: aí viviam, escondidos e temerosos, como os animais selvagens das florestas; sua vida era uma luta ininterrupta sob constante ameaça da fome ou do massacre, não podiam dedicar-se à exploração da região e ainda desconheciam as leis que lhes teriam permitido utilizar as forças da natureza. Mas a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio”. Dentro desta perspectiva, Lenoble (1969, p. 39) escrevendo sobre os primeiros encontros com a natureza, fala que “o homem não é lançado na natureza como uma pura ignorância ‘sobre a qual nada há escrito’. Tem de imediato as suas ideais respeitantes à Natureza; optou por meios de acção, e essas ideais e esses meios são mágicos. Muito mais que a ignorância, que seria permeável ao real, esta ideia, rica de conteúdo afectivo, será em todos os tempos e para nós ainda a grande fornecedora dos ‘obstáculos epistemológicos’ que se oporão às descobertas objectivas.”

⁸ Algumas figuras rupestres da Serra da Capivara/PI ilustram muito bem esta ideia.

⁹ Cabe salientar que, em se tratando de uma periodização numa escala temporal extremamente longa, todo o período da Antiguidade Clássica, as ideias trabalhadas no início do período são, muitas vezes, extremamente diferentes daquelas do final do mesmo período, apesar de suas conexões.

¹⁰ GLACKEN (1996).

¹¹ PANÉCIO (apud GLACKEN 1996).

¹² Para Lenoble (1969, p. 54), “o pensamento grego, do qual provém toda a civilização da Europa, consistiu de tal forma o tipo dominante da história humana que a maior parte das vezes nos referimos a ele como se a consciência nunca tivesse conhecido outros triunfos. [...] A Natureza que os Gregos imaginaram e que nós lhes tomamos de empréstimo não era senão uma das ideias possíveis, não foi senão uma das ideias que efectivamente triunfaram. [...] A nossa Natureza é essencialmente jurídica e mecânica [...]”.

¹³ A ideia de forma-conteúdo é aqui empregada como uma morfologia construída e preenchida por um conteúdo específico intencional, nunca espontâneo.

¹⁴ “Aristóteles conceptualiza a Natureza. Quer estabelecer o inventário dessas coisas novas que acabam de adquirir uma consistência de ‘factos’, estudá-las por elas e pô-las em ordem. [...] Esta Natureza era, efectivamente, para o homem uma morada cómoda. Ele projecta sobre ela as suas percepções de senso comum [quente/frio; pesado/leve], as únicas que possuía antes da invenção dos instrumentos”. (LENOBLE, 1969, p. 72/73)

¹⁵ De acordo com Lucrecio (apud LENOBLE, 1969, p. 108), “as primeiras noções relativas à sementeira, à enxertia, foi a Natureza que as forneceu em primeiro lugar. Depois de cada um passou de tentativa para tentativa em seu pequeno domínio. Da mesma forma, foi o curso regular dos astros que ensinou aos homens a alternância das estações ‘e que uma ordem (ordo) imutável governa a Natureza. E o homem aprendeu a guardar o fogo utilizando o raio, a produzi-lo observando a maneira como ele nasce da fricção de dois ramos”.

¹⁶ GLACKEN (1996).

¹⁷ Sobre estes autores consultar a coleção Great Books of the Western World, publicado pela Encyclopedia Britannica.

¹⁸ “Nos mains enfin essaient, pour ainsi dire, de faire dans la nature une nature nouvelle”. De la Nature des Dieux, livre II, p. 295.

¹⁹ Cícero – De Natura Deorum (*De la Nature des Dieux*, p. 295), tradução do autor.

²⁰ Segundo Estrabão (citado por GLACKEN, 1996) na realidade as diversas disposições de um país não estão predeterminadas, como não o está a diversidade de nações ou línguas; todas elas dependem das circunstâncias e da sorte. Artes, formas de governo e modos de vida brotam de certas fontes internas. Florescem sob qualquer clima em que possam estar situados; o clima tem sua influência e, em consequência, algumas peculiaridades se devem à natureza do país, mas também a educação do país cria suas particularidades e possibilidades de lidar com a natureza. Estrabão exemplifica sua tese afirmando que os babilônios ou os egípcios não são filósofos por natureza, mas sim, são em razão de suas instituições de educação. De maneira análoga, a excelência de cavalos, bois e outros animais não são apenas o resultado dos lugares nos quais habitam, mas também de como são criados.

²¹ Para Lenoble (1969, p. 190), “se a afirmação de uma Natureza regida por leis havia permitido ao homem conquistar essa primeira forma de liberdade que consiste em instalar-se num conjunto, a Natureza antiga continuava a ser demasiado a *deorum hominumque* domina para o homem ousasse reivindicar perante ela um destino autónomo. Não evita submeter-se-lhe senão aceitando-a, não pensa ainda em transformá-la, muito menos em dominá-la.”

²² “Al leer los cometarios de los autores antiguos sobre os cambios causados por el hombre en el medio físico, se tiene una doble impresión. Primero, que hay un reconocimiento del hombre como ser activo que se esfuerza y obtiene logros, pese a la aparente estabilidad que podría resultar de las dominantes influencias ambientales [...]; y segundo, que la naturaleza viviente que esos hombres observaron - y muchas veces amaron - era ya, como ahora sabemos, una naturaleza muy cambianda por el hombre”. (GLACKEN, 1996, p. 136)

²³ De acordo com o Gênesis (1:11;24;26), “Deus disse: ‘Que a terra verdeje de verdura: ervas que dêem semente e árvores frutíferas que dêem sobre a terra, segundo sua espécie, frutos contendo sua semente’ e assim se fez”; “Deus disse: ‘Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis e feras segundo sua espécie’ e assim se fez”; “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra.”

²⁴ GLACKEN (1996).

²⁵ De acordo com Erigena (apud GLACKEN, 1996), encontra-se na natureza quatro divisões, sendo que se compreende a natureza pelo fato de que a natureza encerra em si mesma a racionalidade. Não conhecendo Deus, pode-se inferir pela ordem do mundo sensível e inteligível, que Ele existe, e é a causa de todas as outras coisas. Na primeira etapa, a natureza que cria e não é criada é Deus, como princípio de todas as coisas; na segunda, a natureza que é criada e cria é representada pelas ideias arquetípicas ou causas primordiais; na terceira, a natureza é criada e não é o mundo sensível, o mundo das aparências, a criação tal e qual conhecemos; na quarta, a natureza nem cria e nem é criada, representa o Deus Criador, que uma vez alcançado seu fim, está em repouso e parou de criar.

²⁶ GLACKEN (1996)

²⁷ Além disto, segundo Lenoble (1969, p. 187), “o homem, dizia o cristianismo, não se situa na natureza como um elemento num conjunto: não tem o seu lugar nela como as coisas têm o seu lugar; é transcendente em relação ao mundo físico; não pertence à Natureza, mas à Graça, que é sobrenatural; e, por conseguinte, se quer a todo o custo encontrar-lhe um lugar, existe apenas um, o primeiro, com a condição ainda de precisar de imediato que não nasceu da natureza e que é feito para nela permanecer”.

²⁸ “1Bendize, ó minha alma, ao Senhor! Senhor, meu Deus, como és grande! Tu te revestes de majestade e esplendor, 2envolto em um manto de luz; estendes o céu como um toldo 3e constrói tua morada acima das águas. 4Das nuvens fazes carruagem e andas sobre as asas do vento; 5dos ventos fazes teus mensageiros e do fogo flamejante, teus ministros. 6Quando assentaste a terra sobre suas bases, para que jamais vacilasse, 7como um manto a cobria o oceano e as águas mantinham-se sobre as montanhas. 8À tua ameaça recuaram; ao reboar do trovão precipitaram-se, 9saltando pelas montanhas, descendo pelos vales, para o lugar que lhes assinalaste. 10Impuseste-lhes um limite que não ultrapassassem, para não tornarem a cobrir a terra. 11Fazes jorrar as fontes nos vales: elas correm por entre os montes 12e dão de beber aos animais do campo; os asnos selvagens matam a sede, 13junto delas moram as aves do céu, cantando entre os ramos. 14Do alto de tuas moradas regas as montanhas, e a terra se sacia do fruto de tuas obras. 15fazes brotar a erva para o gado, as plantas que o homem cultiva, tirando da terra o alimento, 16o vinho que alegra o coração, o óleo que dá brilho às faces e o pão que reconforta o coração do homem. 17São exuberantes as árvores do Senhor, os cedros do Líbano, que ele plantou, 18nos quais os pássaros se aninham e em cujos cimos a cegonha tem pousada. 19As altas montanhas pertencem às cabras montesas, os penhascos dão abrigo às marmotas. 20Fizeste a lua para marcar os tempos, e o sol conhece seu ocaso. 21Quando desdobras as trevas e se faz noite, rondam as feras da selva. 22Os leões rugem por alguma presa, reclamando de Deus o alimento; 23ao nascer do sol recolhem-se e vão deitar-se nos covis. 24O homem sai para seu trabalho, para suas lides até o entardecer. 25Quão numerosas são tuas obras, Senhor, Fizeste-as todas com sabedoria! A terra está repleta de tuas criaturas. 26Eis o mar, intenso e vasto, por todas as direções: um fervilhar de animais, pequenos e grandes! 27Por eles singram os navios e o Leviatã, que formaste para nele folgar. 28Todos esperam em ti, que lhes dês o alimento no devido tempo. 29Tu lhes dás e eles o recolhem; abres a mão e saciam-se de dádivas. 30Escondes a face e estremecem; se retiras o seu alento, morrem e voltam ao pó. 31Envias o teu alento e são recriados e renovas a face da terra. 32Perdure sempre a glória do Senhor! Alegre-se o Senhor por suas obras! 33Ele olha a terra e ela treme; ele toca as montanhas e elas fumegam. 34Enquanto eu viver, cantarei ao Senhor; celebrarei meu Deus enquanto eu existir. 35Seja-lhe agradável

vel meu poema, e eu me alegrarei no Senhor. 35Desapareçam da terra os pecadores, e os ímpios não mais existam! Bendize, ó minha alma, ao Senhor! Aleluia!" (http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/liturgia/quinta_feira_santa.htm)

²⁹ Detalhando mais suas ideias em *De natura locorum*, Aberto Magno escreve que as pessoas nascidas nos lugares mais quentes são elas mesmas mais quentes, enrugadas como sementes de pimenta devido a excessiva secura. A cor negra da pele, exemplificada pelos etíopes, explica-se pelo seguinte modo: o ventre quente e seco recebe sêmen quente; o líquido mais sensível do sêmen seca até consumir-se, e o mais denso que subsiste produz a negrura da pele. Seus corpos secos, rodeados de ar muito quente, perdem continuamente água. Essas pessoas são muito ligeiras e ágeis; tem pouco medo da febre. O calor extrai delas toda a umidade, de modo que suas partes privadas são débeis e estéreis. O espírito da vida escapa com a umidade, e vivem somente até os trinta anos. [...] Os nativos deste clima (klima) quente e seco que passam a viver no quarto ou no quinto clima (temperado), podem passar da cor negra à branca (MAGNO apud GLACKEN, 1996)

³⁰ Segundo Filón (Sobre a Criação, apud GLACKEN, 1996), a prova mais clara do domínio do homem está sob os olhos. Às vezes, um número muito grande de gado é conduzido por um único homem sem grandes ferramentas ou vestimentas especiais. Já os animais com toda a força, equipados pela natureza para sua autodefesa, se humilham [são dominados] pelo homem que porta apenas seu bastão, são dominados como os escravos ante seu senhor, e acatam suas ordens.

³¹ RECLUS (1886).